

RESPOSTA EUROPEIA DEVE SER “FIRME E EFICAZ” NO COMBATE À PANDEMIA



Num vídeo publicado nas redes sociais do PSD, para celebrar o Dia da Europa, Rui Rio sublinha que “celebrar o 9 de maio de 2020 tem uma importância maior do que aquilo que é a celebração tradicional” desta data, uma vez que “este ano a Europa tem um desafio enorme à sua frente”, que é a ameaça comum do novo coronavírus



pág. 7

PSD

PAULO RANGEL QUER QUE O PRESIDENTE DO EUROGRUPO SALVAGUARDE “INDEPENDÊNCIA DO BCE”

Paulo Rangel enviou uma carta ao presidente do Eurogrupo e, em simultâneo, questionou a Comissão Europeia sobre a decisão que pôs em causa a legalidade do programa de aquisição de obrigações de dívida soberana do BCE



pág. 8

PARLAMENTO

PARLAMENTO APROVA PROJETO DE LEI DO PSD PARA ALARGAR “LAY-OFF” AOS SÓCIOS-GERENTES

O Parlamento aprovou um projeto de lei do PSD para alargar o regime de “lay-off” simplificado aos sócios-gerentes de micro e pequenas empresas, uma situação que não estava contemplada



pág. 13

REGIONAIS

APOIOS A FUNDO PERDIDO ÀS EMPRESAS

O presidente do PSD/Açores diz que é necessário que o “dinheiro chegue às empresas sem um custo”, propondo subsídios a fundo perdido para apoiar as empresas durante a crise



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

NOVO BANCO, VELHOS HÁBITOS

Escrevi, no final do ano passado, um editorial intitulado "A septicemia no Novo Banco". Nessa altura, afirmei: "O Novo Banco é como aquelas sequelas cinematográficas, que se sucedem até nunca mais acabar. Todos sabemos que o final será mau, sobretudo porque vamos percebendo o desfecho à medida que os episódios vão avançando".

Seis meses depois, a série conheceu novos episódios. Como sempre, com drama, ação, mas sempre com os mesmos atores.

Na semana passada, o Primeiro-Ministro pediu desculpas por desconhecer a transferência de 850 milhões de euros do Estado para a instituição financeira. O Primeiro-Ministro dera uma informação errada ao Parlamento, porque o ministro das Finanças não teria comunicado o facto ao chefe do Governo. Quem tinha dúvidas do estado da relação institucional entre São Bento e o Terreiro do Paço, agora tem a confirmação. Estão de costas voltadas.

Mas não deixa de ser estranho que o Primeiro-Ministro alegue que estava a leste de uma nova injeção de capital efetuada no passado dia 6, quando em 2018 e 2019, as transferências do Fundo de Resolução para o Novo Banco ocorreram, precisamente, como agora, no mês de maio. A primeira transferência, no valor de 792 milhões de euros, foi em 24 de maio, de 2018 e a segunda, no valor de 1.149 milhões de euros, em 6 de maio.

Não deixa ainda de ser estranho que um Primeiro-Ministro, que tem sempre resposta na ponta da língua, haja garantido perentoriamente, no último debate quinzenal, que não haveria qualquer transferência do Estado ao Fundo de Resolução, até serem conhecidos os resultados da auditoria do Novo Banco.

A dita auditoria, da Deloitte, pode não estar concluída, mas a tranche concretizou-se nas barbas do Primeiro-Ministro. O estudo em causa refere-se aos atos de gestão na instituição financeira nos últimos 18 anos e nada tem que ver com a garantia do Estado, no âmbito da venda da instituição à Lone Star.

E o PS, nesta matéria, não pode arguir inimizabilidade.

O Presidente do PSD lembrou, e bem, que "os portugueses não podem continuar a pagar a falência do BES indefinidamente sem que haja, pelo menos, um rigoroso escrutínio às razões que o determinam". Sobretudo num tempo em que escasseiam meios e recursos, para travar a crise sanitária e económica dos últimos 100 anos, 850 milhões de euros podem fazer toda a diferença.

As famílias e as empresas portuguesas não podem aceitar as desculpas esfarrapadas do Governo, quando veem que afinal não falta dinheiro para tapar buracos, cobrir imparidades e corrigir os erros de gestão de uma instituição privada. Um banco que, apesar dos prejuízos de 1.413 milhões, em 2018, e de 1.058,8 milhões de euros, em 2019, se deu ao luxo e ao deslante de aumentar os vencimentos do CEO e dos administradores executivos.

São 2,3 milhões de euros só para salários, o que representa um agravamento de 7% em relação a 2018, e mais 2 milhões de euros podem ser pagos, a título de bónus, após o ano de 2021.

É bom que os contribuintes tenham a noção do preço da capacidade de destruição dos governos socialistas, também na banca.

O Novo Banco já custou aos portugueses 11,2 mil milhões de euros, entre empréstimos e injeções de capital.

A principal diferença do editorial, que hoje escrevo, em comparação com os avisos que fiz em novembro último, é apenas mais um número. São mais 850 milhões de euros que saem dos bolsos dos contribuintes. E de acordo com a imagem de então, uma produção cinematográfica demasiado cara, para tantos erros e um tão péssimo guião.

Os contribuintes merecem mais respeito. Também merecem mais transparência e mais escrutínio em decisões de idêntica natureza.

Por exemplo, a tomada de assalto do Montepio, que tem na contratação de Paulo Pedroso, o seu último ato. Penas mais um socialista, que irá juntar-se à ex-deputada socialista, Idália Serão, ao ex-presidente da Câmara de Grândola, Carlos Beato, eleito nas listas do PS, à ex-ministra, Maria de Belém Roseira e ao ex-deputado e ao ex-quase tudo no PS, Luís Patrão.

Novo Banco, velhos hábitos. Pena é que sejam sempre os mesmos a pagar.

RESPOSTA EUROPEIA "FIRME E EFICAZ" À PANDEMIA

Rui Rio considera que se a União Europeia não conseguir responder "com eficácia e força" à retoma da economia depois da pandemia "estará numa encruzilhada, porque vai crescer a contestação ao projeto europeu". Num vídeo publicado nas redes sociais do PSD, para celebrar o Dia da Europa, no sábado, Rui Rio sublinha que "celebrar o 9 de maio de 2020 tem uma importância maior do que aquilo que é a celebração tradicional" desta data, uma vez que "este ano a Europa tem um desafio enorme à sua frente", que é a ameaça comum do novo coronavírus.

"Perante aquilo que aconteceu ao mundo e em particular à Europa, a Europa está num momento decisivo. Consegue responder com eficácia e com força aquilo que é a retoma da economia europeia – e no nosso caso particular da economia portuguesa – pós-pandemia e a Europa resolve por muitos e bons anos o problema de ceticismo que existe relativamente ao projeto europeu", defendeu.

Caso essa resposta não aconteça, Rui Rio alerta que "a Europa estará numa encruzilhada porque aí vai crescer a contestação ao projeto europeu". "Têm surgido nos últimos anos resistência ao projeto europeu com movimentos de extrema, mais de extrema-direita do que de extrema-esquerda, contestando o projeto e pondo em causa aquilo que são os valores fundamentais da construção europeia", lembrou.

Para o Presidente do PSD, a solução encontrada não pode ser aquela que um país em particular quer, mas sim "uma solução equilibrada e consensualizada". "Ou há aqui uma resposta eficaz como aquela que houve através do Plano Marshall a seguir à Segunda Guerra Mundial ou se não houver essa ação eficaz vai crescer o descontentamento para com a Europa e agora de uma forma muito pesada", advertiu.

Rui Rio entende que é bom "evocar a Europa, levantar a bandeira europeia, levantar a unidade europeia". "Para que possamos, todos em conjunto – que é para isso que a Europa existe – ter uma resposta muito mais consolidada, muito mais firme e muito mais eficaz a este problema do que aquela que seria se cada um estivesse por si e não houvesse a União Europeia", sublinhou.

O Dia da Europa, que assinala os 70 anos da "Declaração Schuman", foi celebrado no sábado, maioritariamente "online", face à pandemia do novo coronavírus, em cerimónias e conferências quer ao mais alto nível quer em iniciativas nacionais e regionais. O Dia da Europa assinala o aniversário da histórica "Declaração Schuman", um discurso proferido em Paris, em 9 de maio de 1950, por Robert Schuman, o então ministro dos Negócios Estrangeiros francês, que expôs a sua visão de uma nova forma de cooperação política na Europa.



EUROPEIA DEVE SER "CAZ" NO COMBATE



FUTURO DA TAP DEPENDE DO “PLANO DE NEGÓCIOS” E DA “CAPACIDADE DE GESTÃO”



No primeiro debate quinzenal depois de Portugal passar do estado de emergência para situação de calamidade devido à pandemia de covid-19, dia 7, Rui Rio interrogou o Primeiro-Ministro sobre o futuro da TAP. Rui Rio diz que “a chave do futuro da TAP” depende de um plano de negócios e interroga se passará por um aumento de capital apenas por parte do Estado ou também dos acionistas privados, criticando o atual modelo imposto pelo Governo. “Qual é o modelo de capitalização? (...) Se for só o Estado, passa o Estado a ter maioria, mas precisa do tal plano de negócios para não estar a deitar dinheiro ao lixo”.

De acordo com Rui Rio, “o outro elemento nuclear para saber o que se vai passar na TAP é saber se continuará a ser uma empresa nacional ou se preferirá concentrar grande parte da operação em Lisboa, “para a TAP passar a ser as Linhas Aéreas da Extremadura?”. Rui Rio referia-se à intenção da administração da companhia aérea de reabrir 71 rotas a partir de Lisboa e apenas três a partir do Porto. “Está em condições de afirmar que isto é verdade?”, questionou, sublinhando que o setor exportador é vital para o Norte do país e para as regiões de onde emigraram muitos portugueses.



Rui Rio insiste que o pressuposto fundamental para a intervenção do Estado é saber se “estamos a falar de uma companhia nacional”, que presta um “serviço público”. “Não há futuro na TAP, gestão também não há, porque acumula prejuízo”, disse.

O líder social-democrata criticou igualmente que a empresa esteja a pagar o diferencial entre o teto máximo dado pelo Estado no âmbito dos apoios aos trabalhadores em “lay-off” e salários de “cinco, seis ou até dez mil euros”. “É que se assim é e depois a TAP vem de mão estendida pedir dinheiro ao Estado, o Estado vai dar um privilégio aos trabalhadores da TAP que não dá a mais nenhuma empresa do país”, alertou.

No início da intervenção, Rui Rio começou por fazer o diagnóstico financeiro da companhia aérea, que já estava “numa situação difícil antes da pandemia que estamos a viver”. O Presidente do PSD lembrou que a transportadora teve prejuízos de 118 milhões de euros, em 2018, e de 105 milhões de euros no ano passado. No ano de 2019, “o passivo aumentou 120%, mais do que duplicou, passou de 2200 milhões de euros para os 5000 milhões de euros”. Para Rui Rio, “a TAP é uma empresa tecnicamente falida”, sendo que para aferir “se está efetivamente falida depende da capacidade de gestão, que a TAP tem demonstrado que não tem”.



OS PRINCÍPIOS DA SOCIAL-DEMOCRACIA VENCERAM

No dia em que o PSD comemorava 46 anos, decorreu a primeira Assembleia Distrital do PSD de Lisboa, transmitida pelas redes sociais, esta quarta-feira. Rui Rio começou por recordar na primeira pessoa alguns momentos da fundação do PSD. “O PSD teve uma fase em que era um partido de centro esquerda”, apontou, lembrando a guerra que o PSD travou com o Partido Socialista, quando Sá Carneiro pretendia que o PSD se inscrevesse na Internacional Socialista, estrutura que abarcava a social-democracia e o socialismo. “Hoje, o PSD é assumidamente um partido do centro, moderado, equilibrado, onde cabem pessoas com uma tendência mais para a direita, do centro-direita, e outras mais para o centro-esquerda”, frisou.

Rui Rio lembrou um episódio que presenciou. “Num comício, o PS traz ao Porto todos os líderes social-democratas, como o líder do SPD, o chanceler Willy Brandt, e o Dr. Salgado Zenha disse que o Dr. Francisco Sá Carneiro tudo faz para se sentar à mesa, acotovela à direita, acotovela à esquerda, não há espaço para ele, vai ter de sentar-se no chão. Eu achei isso uma grosseria”, contou.

O Presidente do PSD considerou que “a social-democracia venceu e todas as demais ideologias foram reduzidas a uma relativa insignificância”. Em 1974, a democracia representativa e a liberdade eram valores nem sempre partilhados por outros partidos, como o Partido Comunista, que “hoje não se atreve a não defender”.

Rui Rio referiu que a justiça social, a igualdade de oportunidades, a solidariedade, a defesa da livre iniciativa e a economia de mercado com intervenção moderada do Estado estão hoje presentes na sociedade, mas “na altura eram regras da social-democracia”. Dá-se a curiosidade, segundo Rui Rio, do “Dr. António Costa chegar a dizer que é social-democrata e até o Bloco de Esquerda já disse que é social-democrata”.

Outra marca do PSD, considerou Rui Rio, é o reformismo, ou seja, “o PSD nem era conservador nem revolucionário”.



No ADN do PSD está inscrita também a sua dimensão interclassista e a sua natureza de partido da classe média. “O PSD era o partido mais português de Portugal”, abrangendo profissionais liberais, professores, pequenos empresários, trabalhadores das pequenas e médias empresas, agricultores, comerciantes, reformados e estudantes

“Foram esses os valores pelos quais Sá Carneiro se bateu”, sintetizou.

Em 1974/1975, Rui Rio recorda a “desorganização administrativa total” do PSD e faz um paralelo com o trabalho que está a ser feito no presente para melhorar essa componente, em que pretende “do ponto de vista organizacional” melhorar a dimensão administrativa e financeira do partido. Rui Rio revelou que, em breve, será lançado uma página da Internet nova, um “site” que funcionará como uma plataforma moderna e interativa com os militantes e a sociedade civil.

Rui Rio apelou a todas as estruturas do PSD para apostar na criação de “novos espaços de militância”, como o Conselho Estratégico Nacional. De resto, o CEN irá apresentar “um programa próprio” de relançamento da economia no final de maio ou início de junho e irá também preparar um “plano de resposta social”.

Ainda no plano político, o líder do PSD diz que, a seu tempo, o partido irá focar-se nas eleições autárquicas, onde espera que as distritais possam começar a envolver-se. No final de mais de uma hora, Rui Rio assegurou que conta com Lisboa, “o principal distrito do país em população”, para “o engrandecimento do PSD e dar um contributo forte para um resultado autárquico favorável do PSD”. Ângelo Pereira, presidente da Distrital, assegurou ao líder que pode contar com esta estrutura para ser “um braço armado” no combate ao PS e ao atual Governo. Esta Assembleia Distrital digital foi moderada por Carlos Silva, deputado do PSD.

MINISTRO DAS FINANÇAS DEVE EXPLICAR INJEÇÃO DE 850 MILHÕES DE EUROS NO NOVO BANCO

Rui Rio critica o empréstimo de mais 850 milhões de Euros ao Novo Banco sem que os contribuintes conheçam a situação financeira exata da instituição. Num comentário à decisão de injetar mais dinheiro no Novo Banco, ao abrigo do Fundo de Resolução, e que o próprio Primeiro-Ministro mostrou desconhecer durante o debate quinzenal, o Presidente do PSD começa por explicar que “a forma como o Governo entendeu vender o Novo Banco pressupõe a cobertura de determinadas imparidades com dinheiro público, até ao montante total de 3,9 mil milhões de euros”. O Presidente do PSD lamenta que “o Novo Banco tem vindo a receber avultadas verbas do Estado sem que tenha havido, da parte deste, o cuidado de aferir com rigor se o dinheiro é ou não devido, em face das razões invocadas pelo banco para a ele ter direito”.

O líder do PSD considera, por isso, que “a entrega de mais uma pesada tranche de dinheiro dos contribuintes ao Novo Banco, sem que, mais uma vez, o Governo tenha aferido da necessidade de o fazer através de uma auditoria específica para o efeito, é uma atitude que tem de merecer a clara reprovação”.

Rui Rio conclui que “os portugueses não podem continuar a pagar a falência do BES indefinidamente sem que haja, pelo menos, um rigoroso escrutínio às ra-



zões que o determinam”.

Recorde-se que o Novo Banco recebeu mais uma “tranche de dinheiro público”, desta feita no valor de 850 milhões de euros. No debate quinzenal, esta quinta-feira, António Costa garantia que não haveria mais ajudas de Estado, com dinheiro dos contribuintes, até que os

resultados da auditoria em curso ao banco fossem conhecidos. Só que a transferência foi mesmo concretizada. A autorização para o financiamento do Fundo de Resolução, que tem a responsabilidade de capitalizar o banco que resultou da resolução do BES, em 2014, foi dada dia 6 de maio.

Neste momento, por conta da ajuda recebida em 2019, devido às perdas dos ativos tóxicos do ano anterior, está a decorrer, como previsto na lei, uma auditoria aos atos de gestão praticados no Novo Banco e também na instituição que lhe deu origem, o BES.

Duarte Pacheco, deputado do PSD, considerou, dia 12, que continua por esclarecer o desconhecimento do Primeiro-Ministro na transferência de 850 milhões de euros para o Novo Banco. Para o deputado do PSD, o ministro das Finanças deve dar explicações, o que ocorrerá na audição prevista para quarta-feira, 13 de maio.

“Parece que o senhor ministro das Finanças continua de bom humor, porque dizer que a não informação ao senhor Primeiro-Ministro de que tinha de fazer uma transferência de 850 milhões de euros para o fundo de resolução, que tinha um prazo marcado para o fazer, como se isso fosse um valor insignificante, e dizer que existiu uma simples falha de informação, algo não vai bem”, apontou.

COVID-19 I O QUE ESTAMOS A FAZER PELAS NOSSAS TERRAS

CARREGAL DO SAL

Em comunicado, o PSD de Carregal do Sal está ao lado da população e reafirma ser “necessário que todos estejamos unidos no combate a esta praga; unidos em torno dos nossos governantes porque o bem que eles querem, é o que todos queremos. “Preservar a vida dos cidadãos é o primeiríssimo dos bens”, considera a Secção do PSD, realçando também a disponibilidade para ajudar e cumprir as ordens das autoridades. É absolutamente necessário que todos estejamos unidos no combate a esta “praga”; unidos em torno dos nossos governantes porque o bem que eles querem, é o que todos queremos. Preservar a vida dos cidadãos é o primeiríssimo dos bens. O melhor contributo que todos poderemos dar é ajudar e cumprir as ordens emanadas das autoridades, considera o PSD de Carregal do Sal.

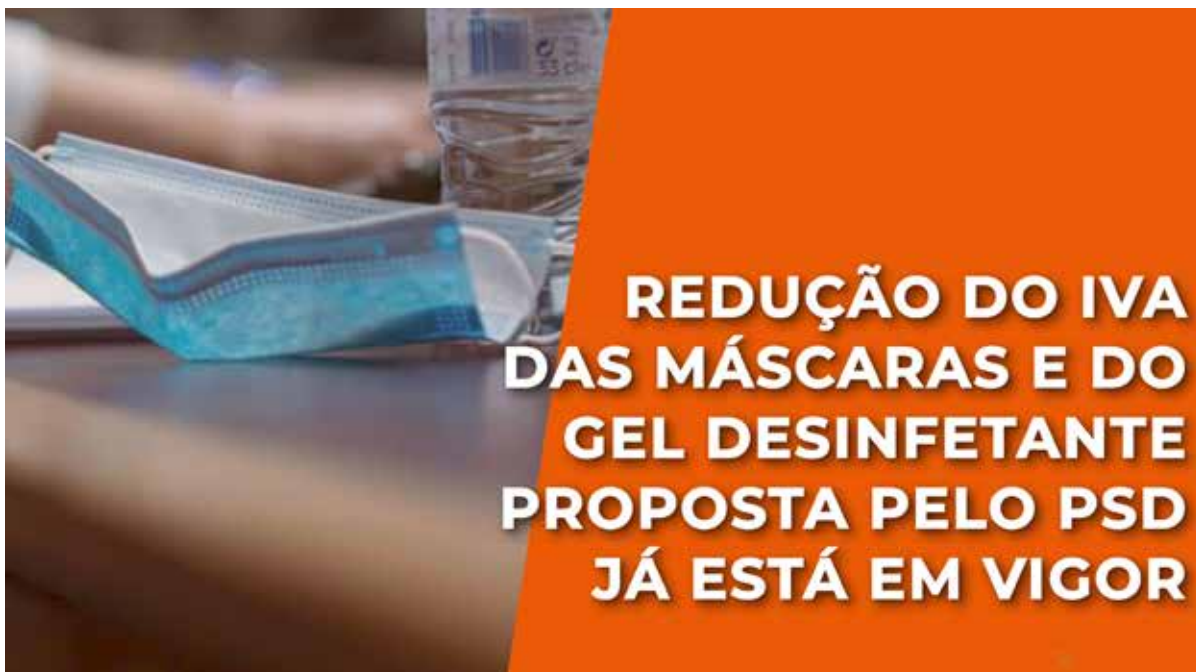
GUARDA

“SalvaGuarda” é o nome do programa de apoio às famílias, comércio local, empresas e instituições desenvolvido pela Câmara Municipal da Guarda. Foram 26 as medidas tomadas para combater os efeitos da pandemia. “SalvaGuarda” tem um impacto de 850 mil euros na aplicação total das medidas, ao qual acresce mais 1 milhão e meio de euros de pagamento a fornecedores, relativos aos meses de janeiro, fevereiro e março. Entre as medidas de emergência, destaca-se: a redução de 30% sobre tarifas de água, saneamento e RSU, nos meses de abril e maio, a todas as famílias, IPSS e empresas do concelho; o pagamento imediato a todas as empresas que forneceram a Câmara Municipal até ao dia 31 de março de 2020, por forma a injetar mais de 1 milhão de euros na economia; a entrega de equipamentos de proteção individual às IPSS do concelho que funcionem como Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI's) e Lares de Acolhimento; a comparticipação na realização de testes PCR para a covid-19, em colaboração com laboratório local, aos cidadãos do concelho referenciados pela Linha de Saúde 24 e pela ARS do Centro; a isenção ou redução de rendas habitacionais em fogos municipais; a isenção e creditação dos valores já pagos na área da educação às famílias, desde a data em que foi determinado o encerramento das escolas e Jardins de Infância (ATL e Componente de Apoio à Família, refeições, prolongamento de horário e atividades nas interrupções letivas) até à reabertura das mesmas; a antecipação para o mês de abril do pagamento total dos apoios anuais concedidos às Associações Humanitárias e de Solidariedade Social, do Concelho da Guarda, no âmbito dos Regulamentos em vigor; o pagamento de 75% do valor total dos Acordos de Execução às Juntas de Freguesia do Concelho, durante o mês de abril; o pagamento imediato às Juntas



de Freguesia do Concelho no valor de 50% dos Acordos de Cooperação celebrados para o presente ano, por forma a avançarem com as obras previstas; a isenção do pagamento das taxas relativas a publicidade a todos os estabelecimentos comerciais que se encontrem encerrados, com exceção de bancos, instituições de crédito e seguradoras, até 31 de maio de 2020; a isenção integral dos pagamentos de rendas, concessões, taxas ou outros rendimentos devidos ao Município, por espaços comerciais/serviços, que se encontrem encerrados, instalados em espaços municipais ou no domínio público municipal até 31 de maio de 2020; a redução do valor, em cinquenta por cento (50%), das rendas, concessões, taxas ou outros rendimentos devidos ao Município, por espaços comerciais/serviços, que se encontrem abertos, instalados em espaços municipais ou no domínio público municipal até 31 de maio de 2020; a redução de 50% do pagamento pela utilização do parque TIR da PLIE, até 31 de maio; a isenção do pagamento de parquímetros existentes na cidade até 31 de maio de 2020; a isenção do pagamento do primeiro semestre do Cartão Municipal de Residente; a disponibilização, em articulação com a ULS da Guarda, de alojamento em unidades criadas para o efeito na cidade da

Guarda para os profissionais de saúde, elementos da Proteção Civil, Bombeiros Voluntários e a funcionários dos lares residenciais que venham a necessitar; a disponibilização de um centro de acolhimento para doentes vítimas da covid 19, que estejam em recuperação; a disponibilização de alojamento temporário para utentes de lares e ERPI's em unidade para o efeito, em caso de evacuação por contaminação; a disponibilização de computadores a todos os alunos com comprovada carência económica, em estreita colaboração com os Agrupamentos de Escolas, a fim de poderem acompanhar as aulas à distância; a disponibilização de um serviço de apoio de acesso a medicamentos e a bens alimentares, denominado “Ações Falam Mais que Palavras”, a todos os cidadãos pertencentes a grupos vulneráveis, idosos, doentes crónicos, pessoas isoladas ou com problemas de saúde e/ou mobilidade e sem apoio familiar; a entrega de kits alimentares aos alunos dos escalões A e B, a frequentar o ensino pré-escolar e primeiro ciclo, ao longo do terceiro período; a criação, no âmbito do Espaço Empresa e Apoio ao Investidor, de uma equipa de apoio às empresas, designadamente, micro, pequenas e médias empresas, tendo em vista assegurar a informação e aconselhamento sobre todos os apoios existentes, não só no decurso da pandemia, como também no período subsequente, tendo em vista promover a recuperação económica e o relançamento do tecido empresarial; a dinamização do lançamento de empreitadas programadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, com redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores e empreiteiros; e o apoio aos órgãos de comunicação social, sediados na Guarda, assegurando publicidade institucional nos meses de abril e maio.



**REDUÇÃO DO IVA
DAS MÁSCARAS E DO
GEL DESINFETANTE
PROPOSTA PELO PSD
JÁ ESTÁ EM VIGOR**

VIANA DO CASTELO

O PSD de Viana do Castelo considera que a câmara municipal deve focar a sua ação com propostas de apoio aos pequenos empresários, apoio social de retaguarda a população, apoio financeiro e logístico a todas as Juntas de Freguesia, uma vez que são estas que melhor conhecem os casos de emergência social no seu território e no apoio financeiro e Logístico às IPSS, forças de proteção e Segurança do Concelho. O PSD de Viana do Castelo entende que em tempos difíceis como os que todos os portugueses e os vianenses estão a passar, a atenção do executivo municipal deve estar centrada no apoio aos empresários e à população.

PAULO RANGEL QUER QUE O PRESIDENTE DO EUROGRUPO SALVAGUARDE “INDEPENDÊNCIA DO BCE”

Numa iniciativa subscrita, dia 6 de maio, por todos os deputados da delegação do PSD no Parlamento Europeu, Paulo Rangel enviou uma carta ao presidente do Eurogrupo e, em simultâneo, questionou a Comissão Europeia sobre a decisão que pôs em causa a legalidade do programa de aquisição de obrigações de dívida soberana (PSPP) do Banco Central Europeu (BCE).

Paulo Rangel espera que tanto Mário Centeno, presidente do Eurogrupo, como Ursula von der Leyen, líder da Comissão Europeia, assumam uma “posição institucional” no diferendo com o Tribunal Constitucional da Alemanha, desde logo salvaguardando a “independência do Banco Central Europeu”.

Recorde-se que num acórdão conhecido na terça-feira, os juízes do Tribunal Constitucional germânico consideraram que o programa de compra de ativos (PSPP), lançado em 2015 pelo então governador do BCE, Mario Draghi, viola o princípio da proporcionalidade previsto nos tratados da União Europeia. Este tribunal de Karlsruhe considerou ainda incompreensível a posição do Tribunal de Justiça da UE ao decidir pela conformidade do PSPP com o mandato do BCE e os tratados europeus.

O deputado remeteu, por isso, três perguntas diretas ao presidente do Eurogrupo: “Quais os efeitos desta decisão sobre a economia e solidez da zona euro?; considera estar em causa o plano de apoio do Banco Central Europeu para o combate aos efeitos da covid-19?; está também em causa a viabilidade do plano de recuperação económica e, até em geral, a capacidade de resposta da União Europeia às consequências devastadoras desta pandemia?”

Paulo Rangel receia que esta decisão possa travar a resposta financeira e económica à crise e na carta enviada a Centeno afirma: “é legítimo duvidar da viabilidade de alcançar um acordo no seio do Eurogrupo, do ECOFIN e do Conselho Europeu para a resposta à crise sanitária e económica e para um plano e um fundo de recuperação”.

O eurodeputado alerta ainda para as possíveis consequências para países como Portugal: “para lá das sérias questões de direito constitucional europeu que esta sentença levanta, algumas delas clássicas, não pode o Senhor Presidente desconhecer o modo como ela ‘pressiona’ a dívida nos países mais periféricos e como expõe e acentua as fragilidades da zona euro, cuja reforma e consolidação tarda em avançar”.

Em simultâneo, na pergunta enviada à instituição liderada por Ursula von der Leyen, o chefe da delegação do PSD no Parlamento Europeu escreve: “a Comissão Europeia, enquanto guardiã dos Tratados, deve responder quanto antes se a decisão põe ou não em causa a independência conferida ao BCE pelos Tratados e a autoridade do Tribunal de Justiça da União Europeia”.



O deputado manifesta uma “profunda preocupação quanto à capacidade de resposta da UE face à crise”. “Numa altura em que estava a ser implementados alguns instrumentos de resposta eficaz, a decisão do Tribunal Constitucional alemão vem atrasar o processo. Não temos tempo a perder e por isso a Comissão deve dar uma resposta o mais rapidamente possível”, explica o eurodeputado.

A DECISÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ALEMÃO

Por decisão de 5 de maio de 2020, o Tribunal Constitucional Alemão pôs em causa o programa de compra de dívida que o Banco Central (BCE) tem levado a cabo desde 2015. O Tribunal estatui que as operações de compra de dívida feitas ao abrigo deste programa terão sido efetuadas fora do perímetro de competências que os Tratados adjudicam ao BCE (atuação ultra vires). E convoca o BCE a demonstrar que a ponderação que fez entre os impactos económicos e orçamentais (fiscal impact) daquele programa e os objetivos de política monetária respeitou o princípio da proporcionalidade e, assim, se conforma ao direito europeu e ao direito alemão. Estabelece, de resto, um prazo de três meses para que essa demonstração seja apresentada.

Diante do compasso de espera a que a Comissão e o Conselho (aí incluído o Eurogrupo) estão a sujeitar a retoma europeia, foi o BCE que, com determinação, veio em socorro da economia através do mais recente programa de 750 mil milhões de euros.

ÁLVARO AMARO DEFENDE “APOIO INEQUÍVOCO” PARA A PAC



Durante a audição ao vice-Presidente da Comissão Europeia com a pasta do Green Deal, o holandês Frans Timmermans, na Comissão da Agricultura do Parlamento Europeu, Álvaro Amaro defendeu o adiamento da apresentação das estratégias «do Prado ao Prato» e para a Biodiversidade, prevista para o próximo dia 20 de maio.

Para o eurodeputado social-democrata, não faz sentido haver “duas políticas agrícolas ao mesmo tempo”. “Reformas não são revoluções”, advertiu, ao recordar que, enquanto se discute as medidas transitórias e a reforma da PAC, não é momento para a apresentação das estratégias, sob pena “de estarmos a enviar um sinal errado aos agricultores”.

Álvaro Amaro perguntou a Timmermans como iria o investimento necessário ser traduzido no plano de recuperação, e alertou para um tratamento desproporcional: “não está a pedir aos agricultores que se ajustem mais do que os outros?”

O deputado do PSD ao Parlamento Europeu, membro da Comissão da Agricultura, pediu do vice-Presidente para o Green Deal um apoio inequívoco para a Política Agrícola Comum, questionando se, “com a apresentação destas estratégias, não estará a querer acabar com a PAC como a conhecemos”, justificando que “todas as estratégias são boas, mas a melhor estratégia é defender os agricultores”.

PARLAMENTO APROVA PROJETO DE LEI DO PSD PARA ALARGAR “LAY-OFF” AOS SÓCIOS-GERENTES

O Parlamento aprovou, na quinta-feira, 7 de maio, na generalidade, um projeto de lei do PSD para alargar o “lay-off” simplificado aos sócios-gerentes de micro e pequenas empresas. Atualmente, aplicava-se apenas a trabalhadores das empresas.

Em concreto, o diploma do PSD dispõe que as medidas excecionais do regime de “lay-off” se aplicam também, “com as necessárias adaptações, aos gerentes das micro e pequenas empresas, tenham ou não participação no capital da empresa, bem como aos membros de órgãos estatutários de fundações, associações ou cooperativas com funções equivalentes àqueles, que estejam exclusivamente abrangidos, nessa qualidade, pelos regimes de segurança social”.

Até agora, essa ajuda estava destinada apenas aos sócios-gerentes sem trabalhadores dependentes e com até 60 mil euros de faturação anual, mas, esta quinta-feira, o Governo aprovou em Conselho de Ministros a sua extensão aos sócios-gerentes com trabalhadores, fixando como único critério ter um volume da faturação anual não superior a 80 mil euros.

No dia 6 de abril, através do Conselho Estratégico Nacional, Rui Rio defendia a criação de um mecanismo de apoio aos sócios-gerentes das PME que entrassem em “lay-off”. Tratava-se de uma proposta de elementar justiça, relativamente a trabalhadores que, por terem uma participação no capital social das empresas, não têm qualquer apoio social nesta circunstância.

O projeto de lei social-democrata mereceu os votos a favor do PSD, CDS-PP, Chega, Iniciativa Liberal, PAN, PEV e Bloco de Esquerda. O PS foi o único a votar contra e o PCP a abster-se.



COMEMORAÇÕES DO 1.º DE MAIO: GOVERNO “ATIROU DINAMITE PARA AS PESSOAS QUE QUERIAM PROTEGER”



Na comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Carlos Peixoto, deputado do PSD, acusou o Governo de “ter medo da CGTP” ao ter permitido as comemorações do 1.º de Maio, na Alameda, em Lisboa, contrariando as disposições legais e as recomendações das autoridades de saúde. O deputado social-democrata considera que “não está em causa o 1.º de Maio”, mas “a autorização de celebração que colocaram em risco sanitário o país” e “atiraram dinamite para as pessoas que lá estavam, os trabalhadores”.

O deputado social-democrata lamentou que o ministro da Administração Interna tenha autorizado que a CGTP comemorasse o Dia do Trabalhador com quase mil pessoas, revelando que há “portugueses premium”, que puderam circular entre concelhos e “portugueses rasos” confinados em casa. Foi, de acordo com Carlos Peixoto, “uma coreografia de encher o olho”, mas “de uma grande irresponsabilidade”.

“Não se pode aceitar um país onde uns têm mais liberdade do que os outros e uns cumprem e outros não”, frisou Carlos Peixoto, questionando o ministro Eduardo Cabrita se “acha ou não que a CGTP passou a perna ao Governo”.

Para o vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD, o Governo, acha que “romanticamente, com esta simpatia, vai conquistar a paz social que vai precisar nos próximos tempos de crise”. “Mas pode estar enganado, não só não consegue, como, com isto, não pode queixar-se que daqui para a frente as pessoas possam prevaricar”, alertou.

Carlos Peixoto referiu que havia a informação prévia que “a CGTP mobilizou 12 de autocarros que podiam rondar as 200 pessoas, mas agora o que se constata é que apareceram cerca de mil pessoas”.

Recorde-se que as manifestações do Dia do Trabalhador decorreram quando estava em vigor o decreto do estado de emergência e a proibição de deslocação entre concelhos.

CAMAS DE CUIDADOS INTENSIVOS SÃO “INSUFICIENTES”

O PSD está preocupado com o número “manifestamente insuficiente” de camas de cuidados intensivos disponíveis nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde e teme que “se nada for feito”, possa “ocorrer, porventura até a curto prazo, uma tão significativa quanto escusada perda de vidas humanas por falta de camas ventiladas”.

Numa pergunta que deu entrada no Parlamento, na sexta-feira, dirigida à ministra da Saúde, os deputados social-democratas consideram “necessário promover um significativo aumento da capacidade instalada em cuidados intensivos no SNS, designadamente pelo aumento do número de camas de cuidados intensivos e do número de profissionais de saúde a estas alocados”.

Os deputados do PSD lembram que Marta Temido divulgou que Portugal dispõe de cerca de 600 camas de cuidados intensivos polivalentes de adultos, “um número que é manifestamente insuficiente para as necessidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e que, além do mais, coloca o nosso país numa situação pouco invejável em termos europeus”. Esta situação frágil foi também reconhecida, em março, pelo presidente da Sociedade Portuguesa de Cuidados Intensivos, quando afirmou que há “6,4 camas de intensivos por 100 mil habitantes, quando a média europeia é de 11,5; a Alemanha, por exemplo, tem 21”.

O PSD sublinha que esta “insuficiência não é recente nem surgiu com a atual pandemia da covid-19, já que há muito que os hospitais públicos enfrentam uma falta de capacidade de resposta” nesse domínio. “Com efeito, ainda no passado mês de março foi noticiado que, já há vários anos, os profissionais de saúde da área têm apelado ao Governo para a necessidade de abrir mais



de três centenas de camas de cuidados intensivos no SNS. Igualmente sucessivos relatórios nacionais e internacionais têm alertado para o facto de Portugal ter menos de metade das camas de cuidados intensivos do que a média europeia. Felizmente, nesta primeira fase da pandemia não sucederam, em Portugal, as dramáticas e mesmo trágicas situações ocorridas nos sistemas de saúde italiano e espanhol, países onde muitas vidas humanas se perderam por falta de acesso, designadamente a camas onde seja possível a respiração mecanicamente assistida”, referem os deputados.

O PSD defende que cabe ao Executivo resolver o problema, providenciando “urgentemente um significativo aumento da capacidade instalada do SNS em termos de cuidados intensivos”, assim como promover um reforço de profissionais de saúde alocados às unidades de cuidados intensivos, em especial “nos maiores hospitais do SNS”, onde há carências de enfermeiros.

O PSD salienta que perante “a retoma progressiva da atividade cirúrgica no SNS, importa não ignorar que a pressão sobre as camas de cuidados intensivos aumentará significativamente no SNS, no sentido de estas voltarem a ser colocadas ao serviço também de doentes que sofrem de outras patologias que não a covid-19, mas que necessitem de cuidados de saúde intensivos, designadamente em situações de pós-operatório”. “Na verdade, se os números indicam que a ocupação média normal das camas de cuidados intensivos ronda habitualmente os 80% a 90%, essa taxa de ocupação só foi recentemente reduzida para cerca de 50% devido à decisão de cancelar a atividade cirúrgica não urgente do SNS, reservando-se as referidas camas para utilização quase exclusiva por doentes covid-19”, acrescentam.

Finalmente, outra questão que o PSD pretende ver esclarecida é o “inenarrável processo que tem envolvido a aquisição de ventiladores chineses para o SNS”. Para o PSD, “depois de o Primeiro-Ministro ter publicamente assegurado que Portugal receberia da China, até 14 de abril, mais de meio milhão de ventiladores (que custaram perto de 10 milhões de euros), a verdade é que, passado um mês sobre o prazo de entrega, tal ainda não sucedeu”. “Ontem mesmo foi noticiado que o Senhor Presidente da República se viu compelido a interceder junto do seu homólogo chinês pela necessidade de rápido envio dos ventiladores há muito adquiridos. E este atraso, se é contratualmente inaceitável, podia assumir uma gravidade ainda maior, em termos de saúde pública se, acaso, a pandemia tivesse sido mais agressiva no nosso país”, conclui o PSD.

UNIDADE DE HEMODIÁLISE DE CHAVES NECESSITA DE OBRAS DE REMODELAÇÃO

O PSD pretende explicações da ministra da Saúde sobre a Unidade de Hemodiálise do Hospital de Chaves, que está a necessitar de obras de remodelação e que são tão urgentes no atual contexto de pandemia.

Numa pergunta que deu entrada dia 8, no Parlamento, os deputados do PSD afirmam que estas obras de remodelação visam melhorar o bem-estar dos doentes durante o tratamento dialítico, garantir uma maior segurança no tratamento de doentes covid-19, diminuir o risco de infeção e aumentar ainda a capacidade de resposta da unidade.

Em concreto, os parlamentares do PSD, entre os quais os eleitos pelo distrito de Vila Real, Cláudia Bento, Luís Leite Ramos e Artur Andrade, querem que a Unidade avance com respostas na “operacionalização do espaço e do acesso dos utentes, ampliando a sala e o número de postos, criando zonas de isolamento”, e assegure melhores “condições de trabalho dos profissionais de saúde”.

A Unidade de Hemodiálise do Hospital de Chaves foi integrada no Serviço de Nefrologia do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro no dia 1 de março de 2007. Esta unidade apresenta 13 postos de tratamento, funciona com 3 turnos diários (8h-24h) e presta tratamento a 63 doentes.

O PSD PERGUNTA:

O Ministério da Saúde considera que o espaço físico da Unidade de Hemodiálise de Chaves reúne todas as condições de segurança necessárias (quer para profissionais/utentes) para o tratamento de doentes covid 19+/covid 19-?



O espaço físico da unidade de hemodiálise de Chaves permite executar as orientações da Norma 008/2020 de 28/03/2020 (covid-19; fase de mitigação, doentes com DRC em hemodiálise) no que respeita aos circuitos de doentes covid 19+/covid 19-?

Se houver recrudescimento da pandemia ou na presença de nova onda, o Ministério da Saúde garante que a Unidade de Hemodiálise de Chaves tem capa-

cidade de resposta?

A implementação da norma encontra-se a ser aplicada em todas as Unidades de Hemodialise (covid-19; fase de mitigação, doentes com DRC em hemodiálise)?

Houve algum controlo da praticabilidade desta norma nas clínicas de hemodiálise?

“GOVERNO TEM UM TRAÇO COMUM, É NÃO SABER NADA”

Na audição à ministra da Cultura, dia 13, Cancela Moura, deputado do PSD, pediu explicações a Graça Fonseca e Nuno Artur Silva sobre a intenção do Conselho de Administração da RTP de alienar parte dos terrenos do Centro de Produção do Norte, ou seja, dois terços dos atuais 45 mil metros quadrados de terrenos localizados no Monte da Virgem, em Vila Nova de Gaia, associada a planos urbanísticos projetados para aqueles terrenos. “Porque é que não nos espanta este estado de negação da senhora ministra e do senhor secretário de Estado. Só queria lembrar que nós estamos a falar das opções deste Governo e não de semântica, nem do Governo anterior ao anterior”, afirmou Cancela Moura.

O deputado do PSD considera “no mínimo, bizarro que o principal acionista da RTP não questione a falta de legitimidade de um Conselho de Administração, que está em fim de mandato, para deliberar sobre esta operação”.

Por um lado, Cancela Moura diz que “o Governo, definitivamente, tem um traço comum, é não saber nada”. “O ministro das Infraestruturas não sabia dos prémios da TAP, o Primeiro-Ministro não sabia dos 850 milhões para o Novo Banco e agora a senhora ministra também não sabe o que o Conselho de Administração da RTP anda a fazer. E o senhor secretário de Estado até foi administrador até 2018, desse mesmo CA. Também não sabe”, referiu.

Por outro lado, o deputado do PSD critica ainda o Executivo por ter “um histórico de conveniência” mal explicado. “O Estado tem um administrador e uma quota de 50% na TAP e, na prática, decidem os privados e o Estado, não decide nada. Mas o senhor ministro das Infraestruturas, dia sim, dia não, vem a público discorrer sobre o que vai fazer e sobre o que não vai fazer e até sobre o que queria e o Primeiro-Ministro não o deixa fazer, como por exemplo a nacionalização. Na RTP, o Estado é o único e principal acionista, nomeia a administração e o que a senhora ministra nos tem para dizer é que não sabe nada de nada, nem das instruções, nem do mandato, por via do Contrato de Concessão”, apontou.

Cancela Moura lamenta que a ministra nem sequer saiba “retirar consequências políticas destes factos”. “Importa que a senhora ministra saiba que a tal operação urbanística esbarra não com há uma, nem com duas, nem com três, nem com quatro, mas com cinco resoluções da Assembleia da República, que defendem a valorização do Centro de Produção do Norte e a não alienação dos seus terrenos, do PS, PSD, PCP, BE e CDS”, disse.



Recorde-se que no final do mês de janeiro, deu entrada na Câmara Municipal de Gaia um projeto preliminar, para requalificação do CPN, que disponibiliza até 2/3 dos atuais 45 mil metros quadrados, para alienação. Cancela Moura, que é vereador na Câmara de Gaia, frisa que este pedido terá sido informal e ainda que destinado a obter da Câmara Municipal um pré-compromisso, não reveste qualquer forma legal, que vincule qualquer das partes. Neste pedido, o estúdio C, a peça mais importante do atual Centro de Produção, com 600 metros quadrados, é apresentada como “a demolir”. Esta operação permitiria libertar até 30 mil metros quadrados, em três parcelas distintas: uma destinada à construção de um novo arruamento público, ligando a Rua Conceição Fernandes à Torre da Altice, situada nas traseiras da RTP; outra, com frente para a Rua Conceição Fernandes e para o novo arruamento, destinada à construção de equipamentos hoteleiros; uma terceira, ocupando parte da encosta do Monte da Virgem, destinada à construção de residências sénior, com acesso através

do referido novo arruamento.

O deputado antevê que esta solução urbanística possa acarretar “a perda de capacidade de produção e o ‘acantonamento’ do atual Centro de Produção do Norte a uma área confinada, já edificada, que pode fazer perigar, de forma irreversível, a expansão e a consolidação da atividade do tal centro que está previsto no Contrato de Concessão e que a ministra da Cultura considera muito importante”. Por exemplo, é consabido que a transição da emissão da RTP para alta definição (HD), obrigará ao dobro do espaço para estúdios, relativamente ao atual sistema PAL.

A audição da ministra da Cultura na Comissão de Cultura e Comunicação foi requerida, dia 5 de maio, pelo PSD. Todos os deputados aprovaram ainda por unanimidade a audição do presidente do conselho de administração, da Comissão de Trabalhadores da estação pública e do presidente da Câmara Municipal de Gaia, enquanto convidado.

GOVERNO DEVE ESCLARECER SE É CONTRA O PROLONGAMENTO DA CENTRAL NUCLEAR DE ALMARAZ

O PSD pretende que o Governo esclareça se “é ou não” contra o prolongamento do funcionamento da Central Nuclear de Almaraz (CNA), depois de Espanha ter decidido que poderá funcionar até 2028.

Numa pergunta dirigida ao ministro do Ambiente e da Ação Climática, entregue, esta segunda-feira, no Parlamento, os deputados do PSD recordam que a central, que iniciou operação em 1981 e é refrigerada pelo rio Tejo, “deveria ter sido encerrada há 10 anos, em 2010, tendo sido este encerramento sucessivamente adiado”. No entanto, o Conselho de Segurança Nuclear (CNS) espanhol anunciou na semana passada a renovação de autorização de funcionamento da unidade I até 1 de novembro de 2027 e da unidade II até 31 de outubro de 2028.

Nesta iniciativa, os deputados do PSD questionam o Governo sobre que diligências realizou “com vista ao mais rápido encerramento da Central Nuclear de Almaraz”, tal



como foi aprovado numa recomendação da Assembleia da República. “Foi Portugal ouvido no processo de avaliação que o CNS espanhol realizou no âmbito da autorização da renovação do prolongamento de funcionamento da Central Nuclear de Almaraz? Se sim, qual a posição que Portugal tomou no processo? Se não, que posição tomará face aos factos atualmente conhecidos?”, interrogam.

Com base nas posições de movimentos civis e organizações ambientalistas, os deputados do PSD alertam para os riscos de ocorrer “um acidente grave”, “quer contaminando o Tejo, quer podendo contaminar a atmosfera da região em volta”.

O PSD quer ainda saber como está o processo de negociações com o Governo espanhol sobre as interligações elétricas Portugal-Espanha e quer que o Executivo explique a sua posição oficial quanto à central. “É ou não o Governo contra o prolongamento do funcionamento da Central Nuclear de Almaraz?”, perguntam.

PANDEMIA ESTÁ A ATRASAR PROCESSOS DE ADOÇÃO

Numa pergunta que deu entrada no Parlamento, esta terça-feira, dirigida à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os deputados do PSD questionam o Governo sobre atrasos na concretização de processos de adoção devido à covid-19.

O PSD alerta que o estado de emergência, que vigorou em Portugal durante 45 dias, "impossibilitou que os candidatos adotantes já aprovados pelos organismos competentes pudessem iniciar, como deviam, o período de vinculação afetiva com as crianças, que se encontram à guarda das instituições um pouco por todo o país".

De acordo com os parlamentares social-democratas, "desde que possam ser afastados ou mitigados os riscos de contágio social, não se compreende que estas instituições persistam em bloquear o encaminhamento e as visitas, na fase de vinculação afetiva".

O PSD questiona a ministra Ana Mendes Godinho sobre se tem conhecimento de instituições que "estão a obstaculizar o acesso por parte dos candidatos adotantes já aprovados, no processo de adoção, justificando a recusa, com o facto de não estarem reunidas as condições de segurança e proteção, quer para os adotandos, quer para os funcionários dessas instituições". "Pese embora a situação de calamidade e aproveitando este período de desconfinamento progressivo da sociedade, está o Governo disponível para diligenciar junto dos organismos e das instituições particulares que intervêm em matéria de adoção, para desencadear as ações adequadas e urgentes, para permitir o início da consolidação do vínculo familiar entre crianças e candidatos adotantes aprovados, sem mais delongas?", perguntam ainda.

"Adotar é um ato de amor e, salvaguardando obviamente as imponderáveis e flagrantes limitações da situação e do Estado de calamidade vigente, esse gesto não pode ficar adiado sine die ou ficar paralisado", sublinham os deputados do PSD.

O PSD PERGUNTA:

Tem conhecimento de que instituições (lares de infância, centros de acolhimento temporário, associações, centros e refúgios) estão a obstaculizar o acesso por parte dos candidatos adotantes já aprovados, no processo de adoção, justificando a recusa, com o facto de não estarem reunidas as condições de segurança e proteção, quer para os adotandos, quer para os funcionários dessas instituições?

Foram ou não dadas instruções aos organismos competentes para que, em fase de pré-adoção, em que já estão escolhidos os pais adotantes e as crianças, de acordo com o art.º 50 da Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro, se inicie de imediato a pré-vinculação afetiva?

Pese embora a situação de calamidade e aproveitando este período de desconfinamento progressivo da sociedade, está o Governo disponível para diligenciar junto dos organismos e das instituições particulares que intervêm em matéria de adoção, para desencadear as ações adequadas e urgentes, para permitir o início da consolidação do vínculo familiar entre crianças e candidatos adotantes aprovados, sem mais delongas?

Quantas candidatos adotantes, casais ou candidatos singulares, já iniciaram esse momento de vinculação afetiva, desde que entrou em vigor o Estado de Calamidade, dia 3 de maio, e puderam assim prosseguir com o plano de integração da criança na família adotante?

Como estão a ser asseguradas as condições higienossanitárias das crianças institucionalizadas?



ERS RECEBEU 80.150 RECLAMAÇÕES SOBRE UNIDADES DE SAÚDE EM 2019

A Entidade Reguladora da Saúde (ERS) recebeu mais de 80 mil reclamações sobre unidades de saúde públicas, privadas e sociais em 2019. No ano passado, foram submetidos à apreciação da ERS 93.563 processos de REC (reclamações, elogios e sugestões), dos quais 80.150 foram reclamações (75%).

O "Relatório do Sistema de Gestão de Reclamações – Ano de 2019", divulgado esta quinta-feira, explica que foram sobretudo alvo de mais queixas os prestadores com internamento, tendo o setor público recebido 43.322 reclamações, o privado 15.662 e o setor cooperativo e social 935.

No caso dos estabelecimentos sem internamento também foi o setor público que recebeu mais queixas, totalizando 24.228, enquanto o privado recebeu 9.226 e o social 190.



PSD QUER SESSÕES DA CÂMARA DE COIMBRA POR MEIOS DIGITAIS

O PSD defende uma alteração transitória ao regimento das reuniões da Câmara Municipal que permita a realização das sessões através de meios digitais e a sua transmissão em direto.

Num comunicado, os vereadores do PSD assim como os representantes do movimento “Somos Coimbra” preconizam a alteração do artigo 3.º do regimento municipal, para que as reuniões do executivo socialista sejam “feitas por videoconferência ou outro meio digital” e com difusão ‘online’ dos trabalhos, até 30 de junho.

Com três e dois representantes na Câmara, respetivamente, o PSD e o Somos Coimbra querem a mudança de regras ao abrigo da lei 1-A/2020, de 19 de março, que consagra medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo novo coronavírus.

“Defendendo o sentido de precaução e saúde pública e dando o exemplo de cidadania e bom senso, (...) propõem uma alteração transitória ao regimento das reuniões”, no atual contexto da pandemia da covid-19, segundo a nota divulgada.

Com o fim do estado de emergência em Portugal e a passagem a estado de calamidade pública, há uma semana, os vereadores da oposição “irão voltar a marcar presença física nas reuniões da Câmara Municipal de Coimbra, ainda que sob protesto”, após terem estado ausentes nas últimas semanas. “Ao contrário de múltiplas câmaras municipais e inúmeras instituições públicas e particulares, o executivo socialista de Coimbra confirmou a sua impreparação e revelou-se incapaz de organizar reuniões por videoconferência, nem sequer tendo a educação de responder aos insistentes pedidos dos vereadores para poderem participar à distância”, recordam.

O PSD afirma que o executivo de maioria socialista, no qual também tem assento um vereador da CDU, “insiste na não



utilização dos meios digitais para reunir o órgão (...), impedindo os eleitos que estão nos grupos de risco de participarem, como acontece com a vereadora Madalena Abreu”, do PSD.

“Desta forma, impede também os munícipes (...) de acompanharem e participarem à distância nas referidas reuniões que, pelo regimento, são públicas, suspendendo efetivamente a democracia em Coimbra”, acusa o PSD.

ELEVAR LEIRIA – O PODER LOCAL NO PÓS-PANDEMIA

O poder local como está mais próximo das populações faz a diferença em situações inesperadas e de calamidade, como nesta pandemia. No imediato, é urgente com os instrumentos legais, logísticos e financeiros, ajudar as pessoas mais vulneráveis, com apoios às famílias, às empresas e às associações de cariz social.

A Câmara Municipal de Leiria deverá diminuir a carga fiscal cobrada às famílias e às empresas e devolver os 5% do IRS. Deverá reduzir, significativamente, o preço da água e do saneamento, não cobrar a taxa de publicidade às empresas e avançar com um fundo de solidariedade nunca inferior a 5 milhões de euros.

A reorganização no orçamento é inevitável, aliás, os eventos de lazer, de festas e cultura já não se realizam e há uma exagerada folga financeira, com cerca de 11 milhões de euros de resultado líquido de 2019, muito à custa da elevada carga fiscal paga pelos munícipes, e de um somatório de obras, sistematicamente adiadas, como por exemplo, a requalificação da Avenida Heróis de Angola e do percurso Polis, a construção do Pavilhão Multiusos, dos parques de estacionamento, dos Parques Empresariais de Monte Redondo, Santa Catarina da Serra e da Maceira, bem como o adiamento da conclusão do Centro Escolar nos Marrazes.

A história dá-nos a conhecer que as catástrofes promovem grandes mudanças. O poder local vai mudar e rapidamente: mais exigência nas opções, alteração nas competências, com a descentralização, maior eficiência na gestão dos recursos, reorganização dos executivos, com menos eleitos por órgãos (Câmara e Assembleias) e mais recursos alocados para as Freguesias.

No concelho de Leiria deve-se apostar em projetos de desenvolvimento sustentável, amigos do ambiente, apostar nas novas tecnologias, ligar esforços com o Instituto Politécnico, com a NERLEI e outras instituições no desenvolvimento da economia e no apoio social; desenvolver um plano agrícola no concelho, em especial para o vale do rio Lis. A Câmara deverá gerir dimensões estratégicas, assumindo a recolha dos lixos (RSU) e a higiene dos espaços, a gestão da água e do saneamento.

Os paradigmas dos presidentes de câmara também mudam: a população vai deixar de escolher os do marketing, da fotografia, dos “likes” e os das festas, porque o mundo vai ser mais exigente.



ÁLVARO MADUREIRA

Presidente do PSD de Leiria e vereador na Câmara Municipal

APOIOS A FUNDO PERDIDO ÀS EMPRESAS

O presidente do PSD/Açores diz ser necessário que o “dinheiro chegue às empresas sem um custo”, defendendo os subsídios a fundo perdido para apoiar as empresas durante a crise provocada pela covid-19. “É preciso garantir a liquidez da atividade económica, para que o dinheiro chegue às empresas sem um custo, sem honorários para a própria empresa”, afirmou José Manuel Bolieiro numa transmissão em vídeo através do Facebook.

O presidente do PSD/Açores considerou “insuficientes” as medidas de apoio às empresas do Governo Regional, socialista, e referiu que é necessário a passar a “fundo perdido” a “subsidição”, de modo a garantir a “liquidez da economia”.

José Manuel Bolieiro defendeu ser necessário o executivo “recorrer ao endividamento”, “libertar verbas” de programas do plano de investimentos que “não sejam urgentes” e garantir verbas através dos incentivos comunitários, como formas de mitigar os efeitos da pandemia.

O líder dos sociais-democratas açorianos disse não compreender o motivo pelo qual o Governo Regional ainda não implementou algumas daquelas medidas.

José Manuel Bolieiro disse ainda ser necessário avaliar a ação do Governo Regional no que diz respeito às medidas de apoio às empresas e aos trabalhadores. “É preciso avaliar a disponibilidade política e governativa para, à data de hoje, rever o seu orçamento, disponibilizar os meios financeiros que tem, desde logo produzindo imediatos pagamentos aos fornecedores da administração pública”, disse.



LÍDER DO PSD AÇORES REJEITA “EUROPA A DUAS VELOCIDADES”

O líder do PSD/Açores salientou a importância de uma Europa “unida no combate à covid”, mas rejeitou “uma Europa a duas velocidades” e defendeu que a retoma económica “terá de ser solidária”.

“Neste momento toda a Europa está unida no combate à covid e os sinais que deram são encorajadores, mas começamos também a perspetivar a retoma económica e esta terá

de ser solidária. Não poderemos ter uma Europa a duas velocidades”, afirmou José Manuel Bolieiro, numa publicação na sua página de Facebook no sábado.

O presidente do PSD/Açores referiu ainda que a Europa só pode continuar “a ser a maior potência mundial e a maior economia do mundo”, se os estados-membros se mantiverem “unidos, independentemente” dos seus “países, credos, crenças e opiniões”.

“O projeto europeu pode ser melhorado, mas será [com] o desenvolvimento e a nossa capacidade, enquanto indi-

víduos, de sermos cada vez melhores, que aportaremos à União Europeia esta dimensão”, sustentou.

José Manuel Bolieiro defendeu, ainda, que se deve mudar “o paradigma de desenvolvimento europeu”.

O dia da Europa assinala o discurso do antigo chefe da diplomacia francesa Robert Schuman, proferido há 70 anos e que ficou conhecido como “Declaração Schuman”, no qual defendeu uma cooperação política entre os países europeus para evitar conflitos e a criação de uma instituição para fazer uma gestão comum da produção do aço e carvão.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...

PSD



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**



Edição n.º 1358 do "Povo Livre" | de 17 de março de 2004.

"As eleições de março de 2002 no contexto da recuperação e da reforma". No dia 13 de março de 2004, militantes, simpatizantes, dirigentes e quadros superiores do PSD, membros do Governo e José Manuel Durão Barroso, na dupla qualidade de então Presidente do PSD e Primeiro-Ministro, reuniam num grande jantar, que celebrava a vitória do PSD nas eleições legislativas de 2002.

SUSPENSÃO DE PUBLICAÇÃO DE CONVOCATÓRIAS

Face às recomendações das autoridades sanitárias relativamente à contenção da Covid-19, a Comissão Política Nacional tomou a decisão de recomendar a todas as estruturas do PSD que não realizem reuniões ou assembleias até nova orientação, culminando em duas deliberações, com caráter obrigatório, do Conselho de Jurisdição Nacional. Fica, por isso, suspensa a publicação de todas as convocatórias de reuniões e atos eleitorais no “Povo Livre” até data oportuna.